

Deputados aprovam Orçamento impositivo

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo, que torna obrigatório o pagamento das emendas de bancada e as despesas "finalíssimas" (o que será disciplinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas visa, principalmente, os investimentos). Além disso, foi incluída emenda para permitir que a Petrobras seja ressarcida pela revisão do contrato da cessão onerosa do pré-sal na bacia de Santos e que o novo leilão da área tenha o bônus de assinatura dividido com Estados e municípios.

Pela emenda, os governadores terão direito a 15% do bônus (cerca de R\$ 11,5 bilhões) e os prefeitos, a outros 15%. O governo federal ficará com cerca de R\$ 49 bilhões. A emenda à Constituição foi necessária porque o Teto de Gastos, que restringe o crescimento das despesas à inflação, impedia a divisão dos recursos e o pagamento à Petrobras, o que será autorizado pela PEC. Essa parte, contudo, ainda depende de aprovação pelo Senado.

Após a votação, os senadores ainda devem discutir qual o percentual dos recursos pela exploração do pré-sal que ficarão com governadores, ao votarem um projeto de lei que já está em discussão (e que muda o modelo de exploração, da cessão onerosa para o de partilha, que dá mais dinheiro para Estados e municípios). A equipe econômica queria restringir que o projeto fosse de iniciativa do Executivo, mas isso foi rejeitado pela Câmara.

Já a parte que torna obrigatória a execução das emendas e das despesas "finalíssimas" no Orçamento será encaminhada para promulgação pelo Congresso Nacional. Por ser uma emenda à Constituição, o presidente Jair Bolsonaro não poderá vetar.

A proposta reduz o poder de negociação do governo, que tradicionalmente usa as emendas parlamentares para "premiar" aqueles que votam com a pauta de interesse do Executivo e seguram o pagamento das emendas de quem é oposição. Os recursos são destinados para obras em redutos eleitorais de deputados e senadores, o que rende votos. Apesar disso, o PSL de Bolsonaro votou a favor, dizendo que acabará com o "toma-

lá-dá-cá".

Hoje as emendas parlamentares individuais, feitas por cada deputado e senador, já tem a execução obrigatória no valor de 1,2% da receita corrente líquida (RCL). O texto torna impositivo o pagamento das emendas de bancada, feitas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado. Eles terão direito a 0,8% da RCL em 2020 e 1,0% a partir de 2021.

Desde 2016, por determinação da LDO, o governo já é obrigado a reservar 0,6% da RCL para pagar as emendas de bancada. A PEC elevará o montante impositivo de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 8,3 bilhões a partir de 2021 - em torno de R\$ 300 milhões por Estado.

O governo ainda terá a obrigação de executar as "despesas finalíssimas" e só poderá remanejar sem justificativas o custeio da máquina pública, como despesas com luz e água, o que torna limitados os cortes possíveis. No Orçamento de 2019, eles representam R\$ 45 bilhões de R\$ 1,4 trilhão em despesas primárias do governo. Os demais gastos são com salários, aposentadorias, pensões e benefícios obrigatórios, que não podem ser contingenciados.

Câmara aprova redução de controle sobre Orçamento

Texto obriga equipe econômica a executar emendas de bancadas estaduais. Votação de crédito para pagar aposentadorias é adiada

MANOEL VENTURA E
JUSSARA SOARES

BRASÍLIA- A Câmara dos Deputados aprovou ontem proposta que reduz o controle do governo sobre o Orçamento. O texto obriga a equipe econômica a executar emendas das bancadas estaduais, reduzindo a quantidade de recursos que os técnicos podem manejar livremente. A equipe do ministro Paulo Guedes era contrária à proposta, uma emenda constitucional (PEC), mas, diante da disposição do Congresso em avançar com a medida, negociou a inclusão no texto de benefício para os estados.

A PEC reserva 30% dos recursos arrecadados no mega-leilão do pré-sal, marcado para outubro, para estados e municípios. O governo irá receber R\$106 bilhões com a licitação. A proposta foi aprovada em dois turnos. A parte que trata da divisão de recursos do pré-sal será analisada pelo Senado.

Em outra frente, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso adiou a votação do

projeto que libera crédito emergencial de R\$ 248 bilhões para o governo. O dinheiro é necessário para pagar aposentadorias e benefícios sociais como o Bolsa Família a partir do segundo semestre.

A expectativa era que o projeto de lei, depois de aprovado na comissão, fosse votado ontem numa sessão conjunta do Congresso. No entanto, partidos de oposição, como PT e PCdoB, obstruíram a reunião da comissão, deixando de registrar presença, o que fez com que não houvesse quórum para continuar a votação.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rego Barros, disse ontem que o presidente Jair Bolsonaro avalia que parlamentares vão entender a necessidade de aprovar a proposta: — A articulação do governo está resolvendo o impasse por intermédio do diálogo e da busca por consenso, por entender a importância da aceitação por parte do Congresso da solicitação do governo. O presidente Bolsonaro tem a crença que os parlamentares vão aquiescer sobre a necessidade da manutenção do BPC e Bolsa Família para a parcela mais humilde da população.

Deputados engessam ainda mais Orçamento do governo federal

PEC, que contraria discurso da equipe econômica, torna obrigatórias emendas de bancadas estaduais

Angela Boldrini e Bernardo Caram

Brasília- A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (5) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que engessa ainda mais o poder do Executivo sobre o Orçamento da União.

O texto agora será promulgado. A mudança na Constituição, porém, será fatiada e parte voltará para uma nova análise do Senado.

O trecho que passará a vigorar torna impositivas as emendas de bancadas estaduais apresentadas no Congresso. Hoje são de execução obrigatória apenas as emendas individuais de congressistas.

Na prática, a medida reduz ainda mais a liberdade do governo de decidir onde gastar os recursos

públicos.

O texto aprovado tem um aumento escalonado do percentual obrigatório para as emendas coletivas: 0,8% da RCL (Receita Corrente Líquida) em 2020 e 1% no ano seguinte.

A partir de 2022, o valor das emendas será corrigido pela inflação. Atualmente, o percentual está fixado em 0,6%.

A matéria aprovada vai na contramão do discurso da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que busca a retirada de travas do Orçamento. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende uma ampla desvinculação e desobrigação das despesas orçamentárias.

As chamadas despesas obrigatórias, que incluem gastos com pessoal e Previdência, ocupam cerca de 90% do Orçamento deste ano.

De acordo com o Tesouro, o

espaço para as despesas não obrigatórias, como custeio da máquina pública e investimento, segue em redução constante e atingiu o menor patamar da série histórica.

Desde 2010, o país registrou queda real de 3,9% dos gastos discricionários, enquanto os obrigatórios cresceram 36,9%, em termos reais.

Estudo da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, aponta que a aprovação da PEC pelo Congresso ainda comprime o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Segundo nota técnica do órgão, o caráter impositivo pode representar um gasto obrigatório adicional de até R\$ 9,5 bilhões no ano que vem. Há risco de estouro do teto já em 2020.

Outro artigo incluído pelo Senado e ratificado pela Câmara é a determinação de que emendas que





sejam empenhadas para investimentos de longo prazo terão de ser apresentadas também no ano seguinte, até a obra ser concluída.

Como a Câmara incluiu mudanças na sua segunda análise, trechos do texto terão de voltar para o Senado.

Um exemplo é a mudança para 30% do valor do pré-sal que deve ser repassado aos estados e municípios e a exclusão desse valor do teto de gastos, a pedido do governo.

Para fazer passar a valer logo o cerne da proposta, o Congresso acordou o fatiamento, anunciado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), antes do início da votação.

A tramitação da proposta foi um

recado da Câmara ao Planalto em meio à crise de articulação entre o Executivo e o Legislativo. A PEC do Orçamento impositivo estava parada na Câmara desde 2015. A votação foi relâmpago.

Depois do susto de março, o governo conseguiu fazer um acordo para votar um texto suavizado no Senado.

Nesta quarta, o texto obteve 364 votos favoráveis no primeiro turno e apenas 2 contrários, dos deputados Tiago Mitraud (Novo-MG) e Pedro Uczai (PT-SC).

Partidos da oposição, como o PSOL, se posicionaram pela aprovação.

"É, no mínimo, uma contradição que as bancadas dos estados não

possam, também, ter o critério da impositividade naquelas emendas que são, digamos, estruturantes para o desenvolvimento do estado", afirmou Edmilson Rodrigues (PSOL-PA).

Governistas também não fizeram oposição à matéria. O relator da proposta na Câmara, Carlos Gaguim (DEM-TO), é vice-líder do governo. Ele orientou favoravelmente à aprovação do texto. "Quem ganha são os municípios, é o povo do Brasil."

Para governistas, o texto suavizado do Senado contempla a equipe econômica.

"É uma sinalização boa do plano do governo, de menos Brasília e mais Brasil", afirmou à Folha o líder do governo na Câmara, Major Vítor Hugo (PSL-GO).



O que acontece agora

SERÁ PROMULGADO

- **Emendas de bancada se tornam impositivas.**

Hoje, só as individuais são de execução obrigatória

VOLTA AO SENADO

- **Cessão onerosa** Texto da Câmara estabelece que 30% dos recursos de pré-sal devem ser repassados a estados e municípios
- **Teto de gastos** Valor referente à cessão onerosa passa a não ser limitado pelo teto
- **A pagar** Orçamento pode conter previsões de despesas para o exercício seguinte

Comissão adia para o dia 11 sessão sobre crédito extra ao governo

Brasília- A sessão na Comissão Mista do Orçamento que discute a liberação de crédito extra de R\$ 248 bilhões para o governo foi adiada para o dia 11, em meio ao impasse entre parlamentares do governo e da oposição sobre a aprovação do recurso adicional.

Antes da suspensão, aliados tentaram votar o texto, sem sucesso. O senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, criticou os parlamentares da oposição e afirmou que, sem os recursos, programas do governo travam.

"Se não for aprovado esse crédito agora, o Plano Safra, a partir de junho, não tem mais dinheiro. Bolsa Família, a partir de setembro vai faltar dinheiro para pagar."

Lá a oposição manteve o bloqueio à votação. O deputado

Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que aprovar o crédito suplementar seria "dar um cheque em branco" ao governo.

Por causa da crise nas contas públicas, o governo pediu, no início do ano, ao Congresso um crédito extraordinário de R\$ 248 bilhões. Esses recursos serão obtidos com emissão de títulos do Tesouro. A chamada regra de ouro impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como Previdência Social e benefícios assistenciais.

O presidente Jair Bolsonaro precisa aprovar esse projeto até, no máximo, dia 15 de junho para que não fique sem dinheiro para pagar o BPC (benefício assistencial) para idosos carentes.

Thiago Resende e Danielle Brant

Sem acordo, votação de crédito extra é adiada

Falta de quórum transferiu sessão sobre liberação ou não de R\$ 248,9 bi para terça-feira

Daniel Weterman / Brasília

Sem acordo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para a próxima terça-feira a votação do crédito extra solicitado pelo governo no valor de R\$ 248,9 bilhões para pagar benefícios sociais e subsídios agrícolas. O pedido de crédito extra tem como objetivo evitar o descumprimento da chamada regra de ouro - mecanismo previsto na Constituição que impede ao governo contratar dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios sociais.

A aprovação de um crédito suplementar por metade do Congresso é a única exceção para que dinheiro de empréstimos seja usado para bancar esses gastos sem que o presidente cometa crime de responsabilidade, passível de impeachment.

A sessão de ontem, quando estava prevista a votação da proposta no colegiado formado por deputados e senadores, foi prorrogada após partidos do Centrão e da oposição se unirem para pedir a verificação do quórum de parlamentares presentes e impedir a votação da proposta, já

que não havia presença física suficiente para aprovar o crédito. O pedido foi apresentado pelo PL e apoiado por PT e PCdoB.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sinalizou com a possibilidade de convocar uma sessão conjunta do Congresso na semana que vem para votar o projeto após a CMO. A situação, no entanto, esbarra na dificuldade de articulação política do Planalto com os congressistas.

O relator do projeto na comissão, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse ao Estadão/Broadcast que, sem um acordo partidário que envolva o Centrão e a oposição, o governo não conseguirá aprovar a medida antes dos próximos 20 dias. "O governo começou a trabalhar ontem (na terça-feira), aí fica tudo para resolver de última hora. Tudo aquilo que deveria ser feito foi empurrando com abariga e agora o governo encontra dificuldade", afirmou.

Votação. O governo precisa de maioria simples dos votos na comissão, ou seja, mais da metade dos parlamentares presentes na reunião. A CMO é formada por 31 deputados e 11 senadores. Já no plenário do Congresso, a tarefa é mais difícil, pois são necessários votos favoráveis da maioria absoluta nas duas Casas: 257 deputados e 41

senadores.

Em reunião de líderes da comissão ontem, a oposição condicionou a votação à redução do valor para R\$ 146 bilhões, quantidade que seria necessária para cumprir a regra de ouro. De acordo com o Tesouro Nacional, porém, os R\$ 248,9 bilhões pedidos se referem às despesas previstas no projeto de lei orçamentária de 2019 e não haveria como o Congresso aprovar um crédito suplementar menor do que esse.

"Acho que o acordo de procedimento que foi feito é bom, não prejudica de maneira nenhuma o bom andamento desse projeto", disse Hildo Rocha, ressaltando que não há acordo sobre o valor do crédito a ser aprovado. O governo fez um apelo para que o Congresso aprove a proposta até o próximo dia 15. De acordo com o Ministério da Cidadania, o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, ficará sem recursos já neste mês e o Bolsa Família não terá como pagar os benefícios a partir de setembro se não houver a autorização do Congresso.

Antes de a votação ser adiada, governistas defenderam a proposta do governo enquanto opositores afirmaram que não dariam um "cheque em branco" para o governo.





O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) pediu "responsabilidade" aos parlamentares lembrando o argumento do governo de que os pagamentos de benefícios assistenciais e subsídios agrícolas neste ano dependem de aprovação do projeto. "Para de fazer cavalo de batalha em cima disso, colocando em risco sim os recursos para aqueles que mais precisam", disse. "É preciso ter responsabilidade nesse momento. A eleição já acabou, não precisamos um terceiro turno."

Orçamento Impositivo é aprovado

Camila Turtelli

Mariana Haubert / Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo, que engessa o poder do Executivo sobre o Orçamento. A proposta obriga o governo federal a executar as emendas das bancadas estaduais. Hoje, apenas as emendas individuais dos parlamentares são obrigatórias.

Em março, a Câmara aprovou a PEC, mas os senadores promoveram mudanças, o que obrigou os deputados a votarem a proposta novamente.

Com a aprovação ontem, a parte da proposta aprovada pelos senadores e mantida pela Câmara seguirá para a promulgação do Congresso. Já as mudanças sugeridas pelos deputados durante a reanálise da PEC, e que ainda não obtiveram o aval do Senado, voltarão àquela Casa para nova votação.

Os deputados aprovaram o texto substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), que manteve o texto-base encaminhado pelo Senado, mas mudou, em parte, a distribuição de recursos que serão arrecadados pelo governo com o megaleilão do pré-sal, marcado para outubro. A proposta reserva 30% dos recursos para Estados e municípios. O governo vai receber R\$ 106 bilhões com a licitação. Como o valor que será destinado à Petrobrás é de R\$ 33,6 bilhões, os Estados e municípios ficariam com R\$ 21,7 bilhões.

Para repassar esse dinheiro aos Estados e municípios, o governo precisa alterar a regra do teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação. Por isso, o relator incluiu na PEC do Orçamento Impositivo esse trecho de divisão de recursos com os governos regionais, sendo 15% para Estados e 15% para os municípios. A divisão entre eles será feita por uma lei.

O texto aprovado pela Câmara

no fim de março previa que, no primeiro ano, as emendas de bancada teriam valor correspondente a até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Nos anos seguintes, a quantia seria corrigida pela inflação.

No Senado, foi feito o seguinte escalonamento, aprovado agora pela Câmara: em 2020, o valor das emendas será de 0,8% da RCL; em 2021, o valor chegará a 1% da receita; a partir de 2022, o valor será equivalente ao montante do ano anterior mais a inflação.

Como essas alterações sobre as emendas coletivas foram aprovadas pelas duas Casas do Congresso, esse trecho do texto seguirá para promulgação.

O texto aprovado passou a estabelecer exceções ao dever de execução do Orçamento. Entre as exceções estão a necessidade de bloqueio de recursos para o cumprimento de metas fiscais e limites de despesas e impedimentos técnicos justificados.

Governistas batem cabeça

"Enquanto os líderes da base governista se desentendem, as raposas da Câmara vão emplacando medidas que fortalecem o Congresso"

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A sessão do Congresso que examinava os vetos presidenciais em diversas leis aprovadas no Legislativo terminou em bate-boca entre a líder do governo, Joice Hasselmann (PSL-SP), e o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (PSL-SP), ambos do partido do presidente Jair Bolsonaro. Da tribuna, o parlamentar paulista acusou o governo de não cumprir acordo, em razão da derrubada de um veto que beneficiava os agentes penitenciários. Diante do desentendimento, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), suspendeu a sessão e marcou para a próxima semana a votação dos destaques que ficaram pendentes.

Major Olímpio disse que foi enganado pela líder do governo, que rebateu as acusações. Após a sessão, Hasselmann disse que o governo negociou a manutenção dos vetos que eram prioritários e os encaminhou à votação, cabendo aos partidos decidir como votar. "Não

posso sacar um revólver e obrigar as bancadas a votarem, todas estão divididas. Unir as bancadas é tarefa dos líderes de cada partido", disse a líder do governo. Por trás do desentendimento, há uma disputa por protagonismo na seção paulista do PSL, ambos são potenciais candidatos à Prefeitura de São Paulo. O episódio foi mais uma demonstração da desarticulação do governo no Congresso, onde os aliados de Bolsonaro se digladiam quase toda semana.


A oposição ao governo até se finge de morta nessas horas, mas se aproveita da desarticulação do governo sempre que pode. Foi o que aconteceu na reunião da Comissão Mista do Orçamento, pela manhã, quando a sessão foi derrubada por falta de quórum, em razão de um requerimento da oposição. A manobra retirou da pauta do Congresso a aprovação de crédito suplementar para o governo fechar as suas contas, pois a proposta precisaria primeiro ser aprovada pela comissão. O governo precisa de R\$ 248,9 bilhões para fechar suas contas, dos quais precisa de autorização específica do Congresso para utilizar cerca de R\$ 146,7 bilhões oriundos de títulos públicos, que serão destinados ao pagamento de despesas correntes. Sem autorização, ou deixa de pagar ou comete crime de responsabilidade fiscal.

Orçamento

Enquanto os líderes da base governista se desentendem, as raposas da Câmara vão emplacando medidas que fortalecem o Congresso. Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou emenda à Constituição (PEC) que altera as regras de tramitação de medidas provisórias. A PEC recebeu 394 votos a favor em primeira votação; na segunda, foram 351 votos favoráveis. Como foi modificada pelos deputados, o texto voltará ao Senado para ser novamente apreciado.

As MPS têm força de lei após simples publicação no Diário Oficial da União, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional em até 120 dias. Caso isso não ocorra, perdem a validade. A PEC das medidas provisórias proíbe a inclusão de "jabutis" nos projetos originais e restringe a apresentação as MPS aos casos de estrita necessidade. Também muda os prazos para apreciação, aumentando o tempo para o Senado examiná-las. O rito proposto é o seguinte: comissão mista, 40 dias, a partir do segundo dia útil após a edição da MP; plenário da Câmara, 40 dias, após o plenário receber o texto aprovado pela comissão mista; plenário do Senado, 30 dias, após a aprovação da Câmara. Caso haja





modificação, a Câmara terá até 10 dias para votar a nova redação, regra que já existe.

No mesmo dia, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo, que obriga o Executivo federal a pagar as emendas parlamentares de bancada previstas no Orçamento da União. A aprovação foi relâmpago, como sempre ocorre quando se forma ampla maioria na Casa. A emenda constitucional foi apreciada no dia seguinte de sua aprovação na comissão especial, por acordo de lideranças, o que permitiu que os dois turnos de votação ocorressem na mesma sessão. A proposta já havia sido aprovada em março, mas sofreu modificações no Senado e precisou

ser apreciada novamente. Agora, seguirá para a promulgação do Congresso. Entretanto, as mudanças sugeridas pelos deputados ontem voltarão ao Senado para nova votação. Esse é o rito regimental de um Congresso bicameral.

Pela proposta, as emendas de bancada que alocam recursos do Orçamento em projetos de escolha dos parlamentares de cada estado não poderão ser contingenciadas pelo governo. Hoje, o pagamento é obrigatório apenas para as emendas individuais dos congressistas. Além disso, todos os investimentos previstos no Orçamento também terão que ser executados, o que engessa a execução orçamentária do governo.

Aprovado o Orçamento Impositivo

» RODOLFO COSTA

A Câmara aprovou em plenário, ontem, as propostas de emenda à Constituição (PECs) 70/2011 e 34/2019. A primeira altera as regras de prazos de tramitação de medidas provisórias (MPs) no Congresso e a segunda prevê a obrigatoriedade da execução das emendas de bancadas estaduais previstas no Orçamento Impositivo. Como as duas matérias vieram do Senado e foram alteradas, elas retornam para apreciação dos senadores.

A PEC 70 foi a primeira a ser votada e aprovada, com quebra de interstício, ou seja, com discussão em dois turnos seguidos por 394 votos favoráveis no primeiro turno e por 351, no segundo. Não houve votos contrários. Como antecipou o Correio ontem, a matéria prevê a tramitação de MPs em 40 dias na Comissão Mista Especial, 40 dias na Câmara, 30 dias no Senado e mais 10 dias caso haja alteração.

Os prazos serão contados a partir do segundo dia útil da fase anterior, havendo a suspensão nos períodos de recesso, como funciona atualmente. Na prática, as mudanças tornam mais flexível a vida útil de MPs. Tudo somado, uma MP poderá ter vigência por cerca de 130 dias, contados o tempo de cada etapa.

A PEC 34 foi aprovada por 364 votos favoráveis e dois contrários no primeiro turno e por 378 votos a 4 no segundo, em sessão com acordo para quebra de interstício. O substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), manteve o texto aprovado no Senado em abril, que prevê a aplicação de 0,8% da receita corrente líquida (RLC) para o cumprimento do Orçamento Impositivo em 2020, em vez de 1%, como aprovado pela Câmara. A partir de 2021, a taxa será de 1%.

O relatório manteve, porém, a reserva do pagamento de 30% do bônus de assinatura do leilão do pré-

sal a estados e municípios. Os recursos serão pagos de forma repartida igualmente entre os entes depois de descontada a parcela de ressarcimento da Petrobras na renegociação do contrato da cessão onerosa.

Congresso mantém
15 vetos presidenciais

A sessão do Congresso para apreciação de 24 vetos presidenciais terminou ontem com cinco pendências, que serão apreciadas na terça-feira. Entre os adiados estão: o que trata do programa de incentivo automotivo, o Roda 2030, ainda do ex-presidente Michel Temer; um sobre fundos patrimoniais, que permite a órgãos públicos buscarem financiamento privado; e o que desobriga partidos de devolver aos cofres públicos doações de servidores comissionados filiados às próprias siglas. Quinze vetos foram mantidos e três, rejeitados. Um dos derrubados é o que impede o retorno de microempreendedores inadimplentes ao Simples Nacional.